



CARTA DE NITERÓI

Niterói, 7 de maio de 2018.

Prezado pré-candidato à presidência da República:

A legitimidade do voto, conquista da democracia que nos elegeu prefeitas e prefeitos, escolherá o novo presidente da República este ano e deverá oferecer as condições políticas para que se imprimam as mudanças que o Brasil tanto precisa. É indiscutível que será um grande desafio governar nosso país neste cenário de crises econômica e política tão graves e prolongadas.

Também é realidade que os municípios são cada vez mais importantes para o atendimento aos cidadãos, confirmando que se o século XIX foi dos “Impérios”, o XX das “Nações”, o XXI será a “Era das Cidades”. Assim, nós, que estamos mais perto da população, somos quem vemos e vivemos os dramas mais inaceitáveis deste cenário de instabilidade e desigualdade. Por isso, manifestamo-nos para incidir na agenda programática que será escolhida para orientar os rumos do País.

Sendo assim, elencamos temas que precisarão de prioridade em sua agenda, caso seja eleito, e que demandam ações compartilhadas entre União, estados e municípios.

Segurança é, com certeza, a grande preocupação dos dias atuais, especialmente nas médias e grandes cidades, àquelas que governamos. Nos últimos 30 anos, o Brasil registrou 1,3 milhão de vítimas de homicídios, sendo 61.619 cidadãos apenas em 2016. Esse número, o maior já registrado em um ano, equivale ao de mortes provocadas pela bomba atômica em Nagasaki, no Japão.



O Governo Federal tem que assumir o seu papel na coordenação de um Sistema Integrado de Segurança Pública pactuado com estados e municípios e incidir no combate ao crime organizado com ações de inteligência e repressão. -Impõem-se medidas relacionadas à segurança nacional que reduzam o ingresso de armas ilegais no País e a proliferação do tráfico de drogas. Além disso, a sensação de insegurança, principalmente nas grandes cidades, também está associada ao grave problema de saúde pública que a disseminação do crack representa.

Os municípios vêm realizando sua parte por compreenderem possuir papel central na construção e execução de políticas de Segurança Pública, tanto na implementação de políticas de prevenção social e ações de fiscalização administrativa, quanto na formulação integrada das ações de policiamento de forma proativa, com planejamento e bases em evidências científicas. Essa nova visão, que vem sendo aplicada nas experiências mais exitosas do mundo, trata o problema da violência de forma transversal, com mais inteligência, priorizando a prevenção. Uma política nacional de segurança pressupõe fortalecer as cidades para a construções de planos municipais, integrados com os dos estados.

Atualmente, os gastos dos municípios com as guardas municipais têm crescido, especialmente após a crise fiscal dos estados. As despesas municipais com policiamento aumentaram, em média, 7% ao ano de 2004 a 2016. No caso da União, esse crescimento médio foi de apenas 1,6% ao ano no mesmo período. Não por acaso, atualmente, o diferencial de gastos entre as duas esferas é cinco vezes maior do que era em 2004.

O País não deve atuar apenas nas consequências da violência, mas também na sua prevenção. É fundamental criar um Fundo Nacional para financiar uma massiva política nacional de prevenção à violência com abrangência de



crianças e adolescentes e que incluía apoio federal à modernização e qualificação das guardas municipais.

A **Saúde** é exemplo da distorção do nosso pacto federativo. Apesar de a União ainda ser a principal responsável pelo custeio, sua importância diminuiu significativamente entre 2002 e 2017: de 52,3% para 43,5%. Como o papel relativo da União tem reduzido, estados e municípios têm, a cada ano, investido mais em saúde. Não por acaso, é a função Saúde que mais pressiona os governos locais atualmente: cerca de 25% dos recursos dos municípios são destinados para esta finalidade – em 2002 eram 16%.

Outro dado alarmante: o valor investido pelos municípios em saúde acima do determinado pela Constituição (15%) equivale ao total do IPTU arrecadado pelo conjunto dos municípios do país, cerca de R\$ 27 bilhões/ano. Nesse sentido, se a proporção da despesa de 2002 fosse a mesma em 2017, essa repartição de responsabilidades seria significativamente alterada e os estados e municípios teriam um gasto a menor de R\$ 9,6 bilhões e R\$ 14,1 bilhões, respectivamente, e a União, R\$ 23,7 bilhões a mais.

Otimizar recursos, investir na prevenção, qualificar e modernizar a prestação dos serviços de Saúde Pública são políticas que perseguimos nos municípios. No entanto, é preciso, cada vez mais, de ações coordenadas entre as esferas de governo. Principalmente neste momento de aumento da demanda, com a migração de usuários de serviços privados para o SUS. Diante disso, é fundamental que haja uma meta, por parte da União, de aumentar os repasses e os esforços de coordenação e governança para recomposição da qualidade dos serviços prestados e para o fortalecimento e êxito da proposta de pactuação do SUS com estados e municípios.



Como parte importante da política de retomada do desenvolvimento do país, é também fundamental o tema da **Educação**. O ensino básico tem uma relevância muito pequena no orçamento federal. Do total das despesas da União empenhadas em educação em 2016, apenas 21% foi destinada à área, já em 2002 representou 30,4%. Ou seja, a educação básica perdeu recursos federais, o que pressionou mais uma vez os gastos municipais.

Após dois anos de intenso debate e análises, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada no final de 2017 no âmbito do Conselho Nacional da Educação. O documento dá um salto importante para garantir a qualidade do ensino, ao definir o conjunto de aprendizagens essenciais na educação básica. Porém, há um longo caminho para que as diretrizes do documento sejam efetivadas nos municípios. O novo presidente do país precisará priorizar politicamente essa agenda e fornecer apoio financeiro e técnico. Isso inclui prover condições concretas de infraestrutura nas escolas e formação de professores para garantir que, a partir de 2019, a BNCC seja efetivamente implantada.

Investir no ensino em tempo integral especialmente nas áreas socialmente vulneráveis, além de promover cidadania, é uma forma eficaz, e internacionalmente comprovada, de disputar os jovens com a criminalidade. Essa expansão para educação em tempo integral de qualidade deverá ser pactuada e promovida por uma política nacional. É preciso também atuar para derrubar drasticamente a evasão escolar, potencializadora da violência.

Outro ponto essencial para o país é o fomento à geração de **emprego** e renda. Prefeitas e prefeitos têm se esforçado para manter os investimentos, que são determinantes para enfrentar o desemprego e para a retomada do crescimento econômico. É notório que parte fundamental dos investimentos no Brasil é sustentada por iniciativas públicas. E, destas, a maior fatia é executada pelos municípios.



Em 2016, enquanto os municípios executaram 44% dos investimentos públicos, os estados foram responsáveis por 40% e a União por 16%. Assim, a reconquista dos empregos está atrelada diretamente à retomada do investimento nos municípios. Além disso, é fundamental a desburocratização do acesso a recursos para investimentos e o apoio às micro e pequenas empresas, que detêm duas de cada três vagas do mercado de trabalho.

Nosso país atravessa uma grave situação que está refletida nas preocupações dos cidadãos. O desemprego alimenta a violência, a informalidade e o tráfico, além de pressionar os gastos públicos na saúde e na educação, comprometendo investimentos. Esse é o círculo vicioso que precisa ser quebrado para o Brasil avançar.

Precisamos ainda de regramento para que os incrementos reais nas receitas da União sejam destinados especificamente a investimentos no 'novo' (tecnologia, modernização e redesenho de processos para a melhoria da produtividade). E que o aumento real de arrecadação, decorrente da recuperação da economia, como no caso de proporção da Desvinculação de Receitas da União (DRU), não seja aplicado em pessoal, inativos e serviço da dívida, para não repetir erros do passado.

Ampliar os programas com foco na promoção da integridade e prevenção da corrupção é imperativo a fim de fortalecer a transparência como valor e método de gestão. Para tanto, além de promover o fortalecimento dos órgãos de controle, é premente ampliar os programas de financiamento e apoio técnico à modernização da gestão em estados e municípios. A implementação da Lei de Acesso à Informação e dos Portais da Transparência nos municípios depende, em grande medida, do incentivo do Governo Federal para dar respaldo técnico e oferecer soluções de tecnologia de comunicação e informação em formato aberto para que os entes subnacionais possam ampliar a transparência e a participação dos seus



governos dando condições para que a população exerça o controle social de forma qualificada.

O diálogo federativo precisa ser aperfeiçoado, incentivado e institucionalizado. Diversas áreas, tais como segurança pública, sustentabilidade, mudança do clima e mobilidade urbana e metropolitana, demandam repactuação de responsabilidades e de recursos. As ações públicas, para que sejam mais efetivas, precisam integrar União, estados e municípios.

As políticas e iniciativas que o Brasil tanto necessita, para que reencontre o caminho do desenvolvimento social, econômico e ambiental, demandam inovação e ações coordenadas.

Há uma tendência mundial à intensificação da participação dos municípios como executores e como financiadores de políticas públicas. São reconhecidos dessa forma nas grandes agendas globais pelo desenvolvimento, como a agenda 2030, a agenda climática e a nova agenda urbana. Assim, prefeitas e os prefeitos querem e podem alavancar esse novo modelo de gestão, que promove a modernização, a partir do desenvolvimento local sustentável.

Inevitavelmente, tanto os desafios da segurança, quanto os das demais áreas estão relacionados à profunda crise econômica que estamos enfrentando. Com recursos cada vez mais escassos, os municípios se ressentem da dicotomia desafiadora de aumento de demandas – especialmente em saúde, educação e assistência social, que juntas já respondem por mais de 55% de todo o gasto público dos municípios brasileiros –, e a partilha federativa de receitas flagrantemente injusta, vertical e horizontalmente. O grupo de cidades populosas, com baixa renda per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica (g100) é evidente exemplo dessa injustiça federativa.



O Brasil que sairá das urnas em outubro, deverá ter como norte o diálogo para decisões compartilhadas para a construção de um Brasil mais democrático, forte econômica e politicamente, que respeita seus cidadãos, reduz desigualdades e promove justiça social com tolerância às diferenças.

Precisamos de mais Brasil e menos Brasília.

Prefeitas e prefeitos reunidos na 73ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos

* Oportunamente a FNP oferecerá ao debate novos documentos abordando outros aspectos da vida nas cidades.